

História

Foco na escravidão

No ano do centenário da Abolição, é lançada uma nova safra de estudos sobre o assunto

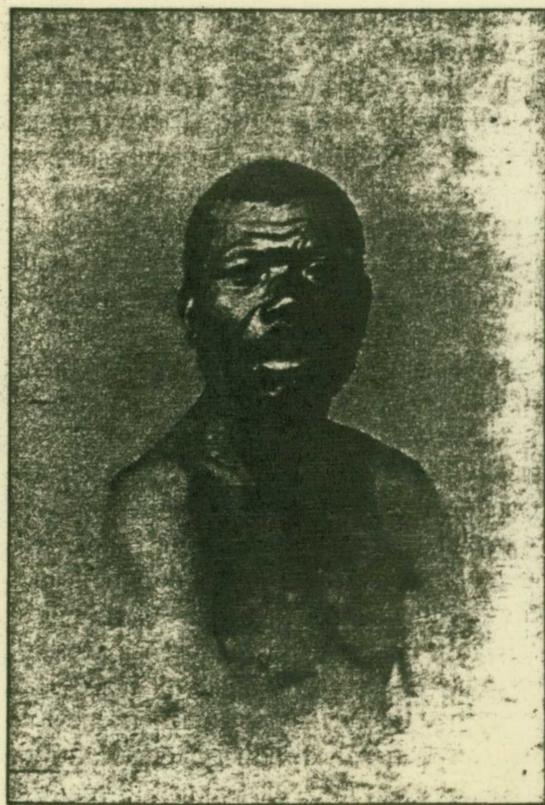
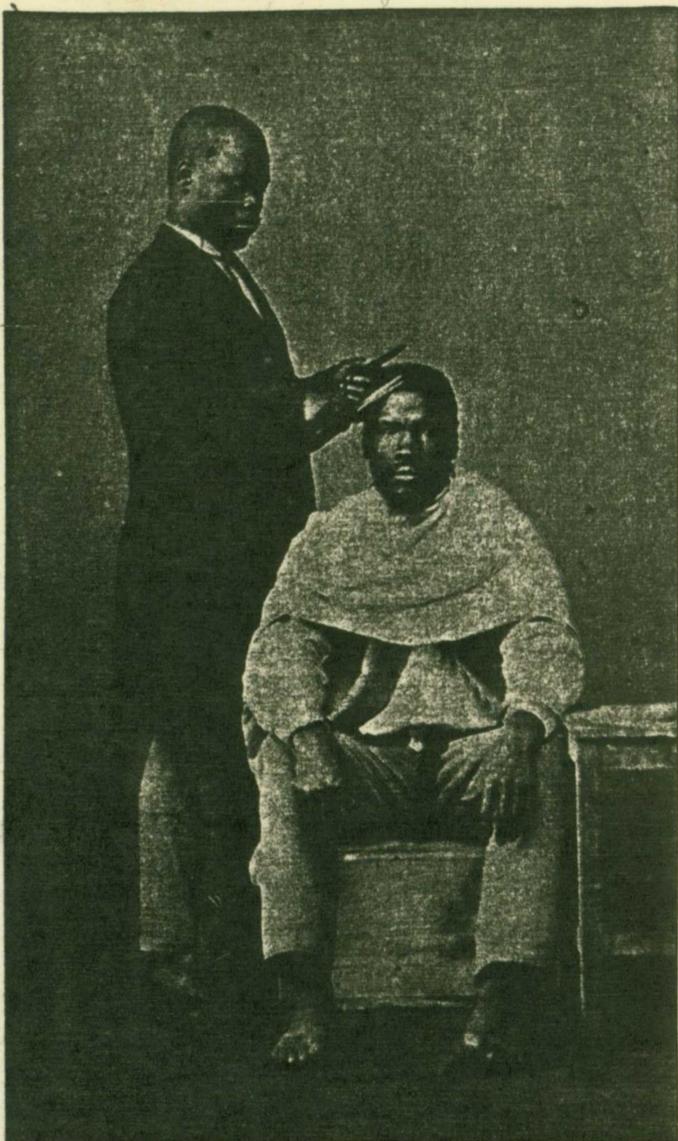
Os pesquisadores que há alguns anos reviraram a papelada reunida no Arquivo Histórico do Ultramar, em Lisboa, sempre encontravam uma velhota simpática que dirigia a sala de leitura dos manuscritos. Casada com um oficial da Marinha portuguesa, ela tinha se retirado de Goa quando o governo indiano ocupou a antiga feitoria. Anos mais tarde, no auge da xenofobia maoísta, fora também obrigada a deixar Macau e, por fim, Moçambique. Nesse longo recuo em direção à metrópole, refazendo catastroficamente o itinerário das grandes descobertas marítimas lusitanas, a simpática senhora solidificou, é natural, seus mais arraigados preconceitos colonialistas. Assim, quando via alguém solicitar documentos históricos sobre a escravidão, deixava escapar um lamento: "Mas que mania de estudar só o que Portugal fez de ruim no ultramar! Por que não se estuda o que nós fizemos de bom?" Ao observar a chegada de um pesquisador, leitor contumaz de documentos sobre a escravidão, disse para um de seus auxiliares: "Lá vem de novo aquele intrigante racial".

Poderá haver, também no Brasil, quem imagine que o país esteja atravessando um surto de "intriga racial", tal a profusão com que são lançados livros sobre a escravidão. Os últimos exemplos dessa safra de estudos são *Escravo ou Camponês?*, de Ciro Flamarion S. Cardoso, *Crime e Escravidão*, de Maria Helena Machado, e *Onda Negra, Medo Branco*, de Célia Maria de Azevedo, além do álbum de fotografias *Escravos Brasileiros* (veja quadro à página 75). Na esteira das festividades do centenário da Abolição da Escravatura, fundações, centros culturais, universidades e editoras preparam reedições de obras clássicas sobre o assunto,

O barbeiro, o escravo branco (à esq.) e o retrato do negro: fotos de *Escravos Brasileiros*

traduções de estudos publicados no exterior (principalmente nos Estados Unidos) e a edição de pesquisas brasileiras realizadas nos últimos anos.

LACUNAS — Nada mais justo que o interesse em publicar estudos sobre a escravidão no Brasil, um episódio pesadamente traumático e por isso mesmo polêmico, mas que é eixo central para a compreensão do país de ontem e de hoje. Último país a abolir a escravidão, em 1888, o Brasil foi também o maior importador de escravos do Novo Mundo. Do total de 10 milhões de africanos deportados para as Américas durante três séculos e meio, o Brasil recebeu 38% deles. Os Estados Unidos, que aparecem em segundo lugar na lista dos países importadores de escravos, receberam 6% dos africanos. Proibido em 1831, o tráfico negreiro continuou a existir ilegalmente até 1850: mais de 500 000 africanos foram trazidos "clandestinamente" para o Centro-Sul e o Nordeste. Em 1850, a cidade do Rio de Janeiro contava com uma população de 250 000 pessoas, das quais 110 000 eram escravos: tratava-se da maior concentra-



ção urbana de escravos que o mundo conheceu desde o fim do Império Romano.

A enxurrada de lançamentos de estudos sobre a escravidão em 1988 obedece a uma estratégia editorial que pode ter efeitos duvidosos. Ela poderá dar aos livros contornos de efemérides e aspectos novidadeiros que contrariam a principal conclusão dos estudos do passado e do presente: a experiência escravista deixou vincos permanentes na nação. Algumas das obras publicadas recentemente preenchem lacunas absurdas. É o caso de *Fluxo e Refluxo*, de Pierre Verger, obra capital sobre o tráfico negreiro luso-brasileiro que, publicada na França em 1968, levou vinte anos para ser traduzida e lançada no Brasil. Outros livros importantes, ao contrário, foram traduzidos depressa demais. É o caso de *A Escravidão Africana*, de Herbert Klein. O tradutor volta e meia verte o termo inglês *sugar mill* para "moinho de açúcar". Ora, em bom português, moinho de açúcar pronuncia-se sempre "engenho".

Há livros, ainda, que poderiam ter esperado mais um tempo para sair da fôrma. Aqui, o problema ultrapassa os estudos sobre a escravidão, vai além do campo histórico e açambarca todo o território das ciências sociais: as questões levantadas nesses livros costumam sair direto da mesa do pesquisador para as prateleiras das livrarias. Apesar de contar com 1,5 milhão de estudantes universitários e cerca de 40 000 pós-graduandos, o Brasil não dispõe de um circuito editorial intermediário, formado por revistas especializadas nas diversas disciplinas. Tais revistas, prestigiadas em países de nível educacional similar ou superior ao brasileiro, cumprem uma função decisiva: através delas nascem, crescem ou morrem discussões



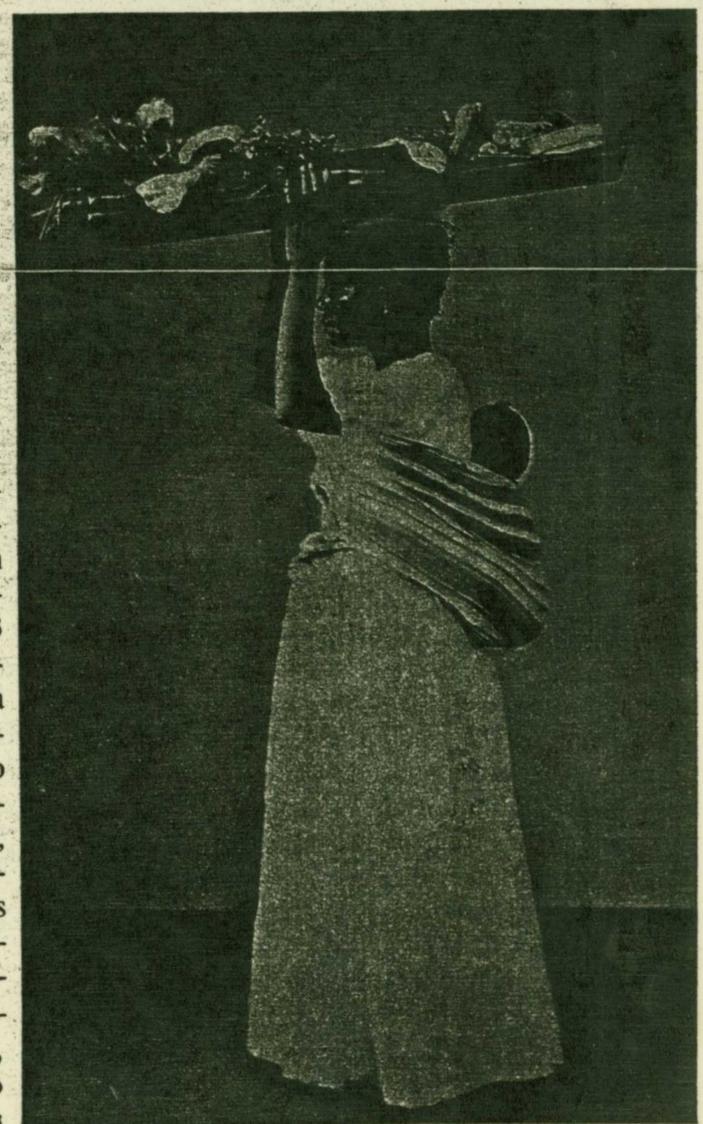
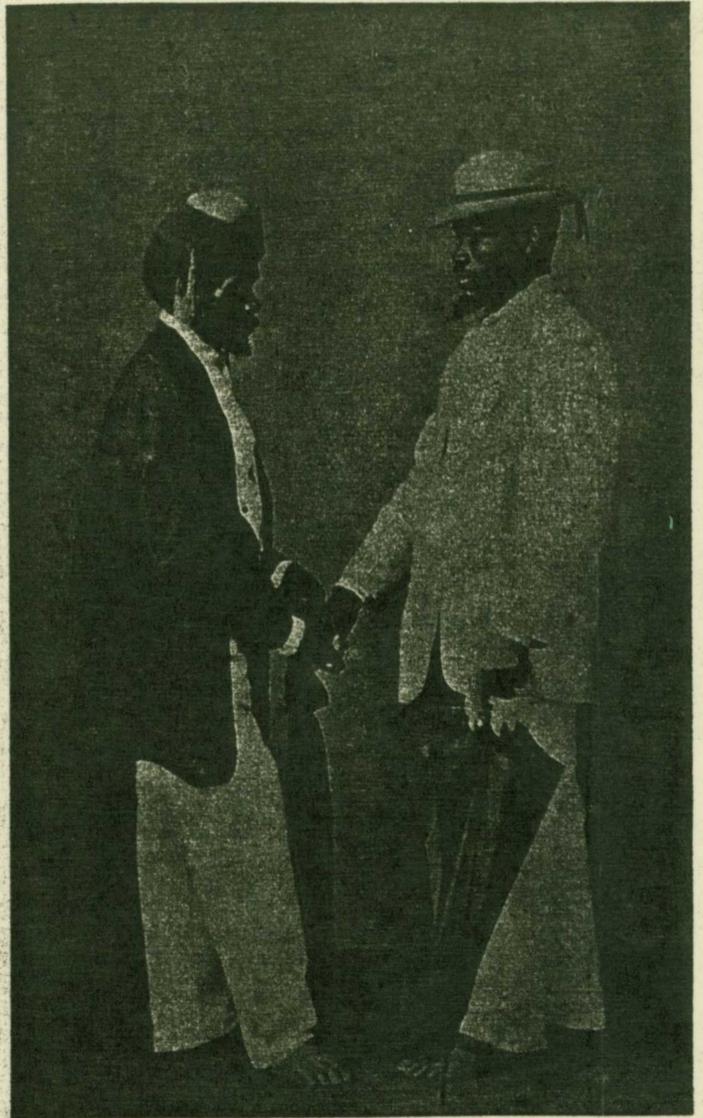
VEJA, 17 DE FEVEREIRO, 1988

teóricas e hipóteses de trabalho que serão, ou não, posteriormente desenvolvidas em livros. À exceção dos economistas, que contam com boas revistas de pesquisa, as ciências sociais estão debilitadas pela ausência de um debate crítico, prévio e isento, que oriente autores, editores e leitores.

INTUIÇÃO — Em consequência, boa parte dos livros brasileiros de ciências sociais padece dos defeitos próprios ao parto prematuro. Boas idéias, que caberiam muito bem em trinta páginas, são lamentavelmente espichadas, para se dividir em capítulos, gráficos e digressões que pouco têm a ver com o propósito do autor ou com o título do livro. Esse encomprimento artificial das idéias vitima também a clareza dos livros sobre a escravidão. Estudos de estilo claro e elegante como *Rubro Veio*, de Evaldo Cabral de Mello, que segue os passos de um Sérgio Buarque de Holanda, ainda são raridade. Outro mal que costuma atacar a literatura sobre a escravidão é a chamada intuição. As intuições, mesmo aguçadas, não dispensam o estudo de uma documentação que, com frequência, é difícil de ser trabalhada. Sem comprovação empírica, de nada adiantam longas preleções sobre a "lógica" e as "leis" do sistema escravista. A documentação sobre o tema da escravidão é árdua, mas também é abundante e variada.

Essa abundância é sem dúvida uma surpresa a ser provocada pela safra editorial, principalmente por terminar com uma lenda tenaz. Essa lenda, fartamente difundida, faz crer que Rui Barbosa, na época em que era ministro da Fazenda, tivesse destruído os documentos brasileiros sobre a escravidão. Na realidade, a medida, parcialmente executada, eliminou documentos que possibilitariam pedidos de indenização pelos ex-proprietários lesados pelo decreto de 13 de maio de 1888. Para que fosse efetiva, a determinação de Rui Barbosa deveria basear-se em dois pressupostos. Primeiro, que a documentação sobre a escravidão estivesse centralizada num único local. E, segundo, que a destruição dos documentos fosse zelosamente levada a cabo. Tais pressupostos supõem um nível de organização e disciplina que a adminis-

Elegância com guarda-chuvas, com o tabuleiro no Rio e o rosto com as marcas rituais

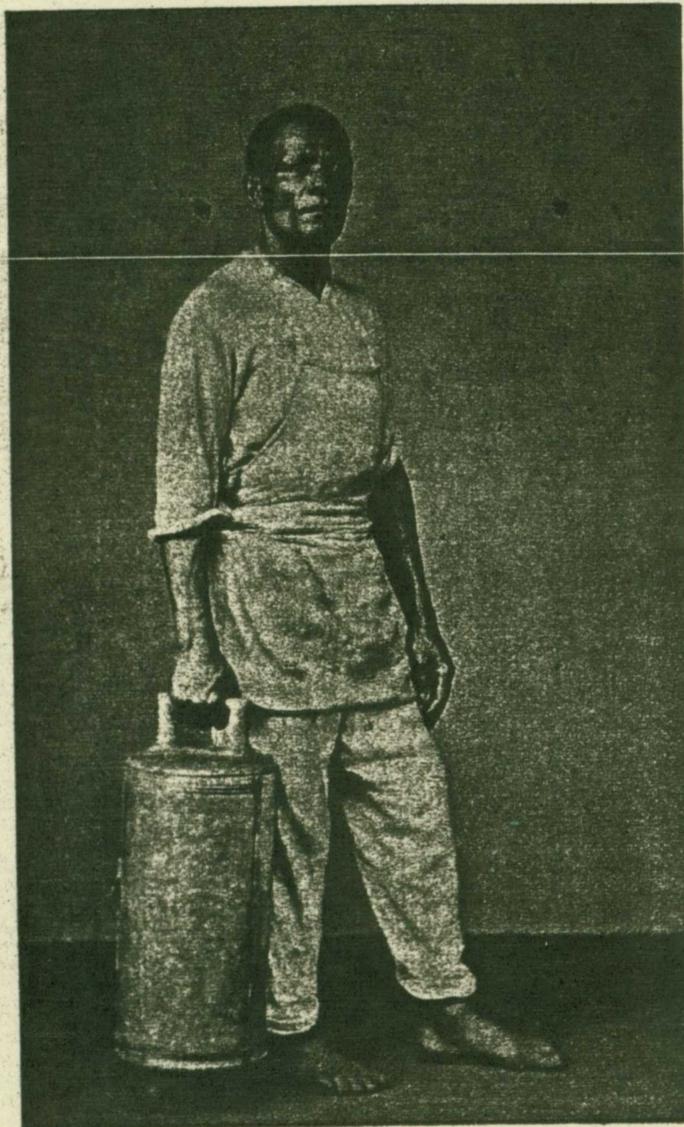
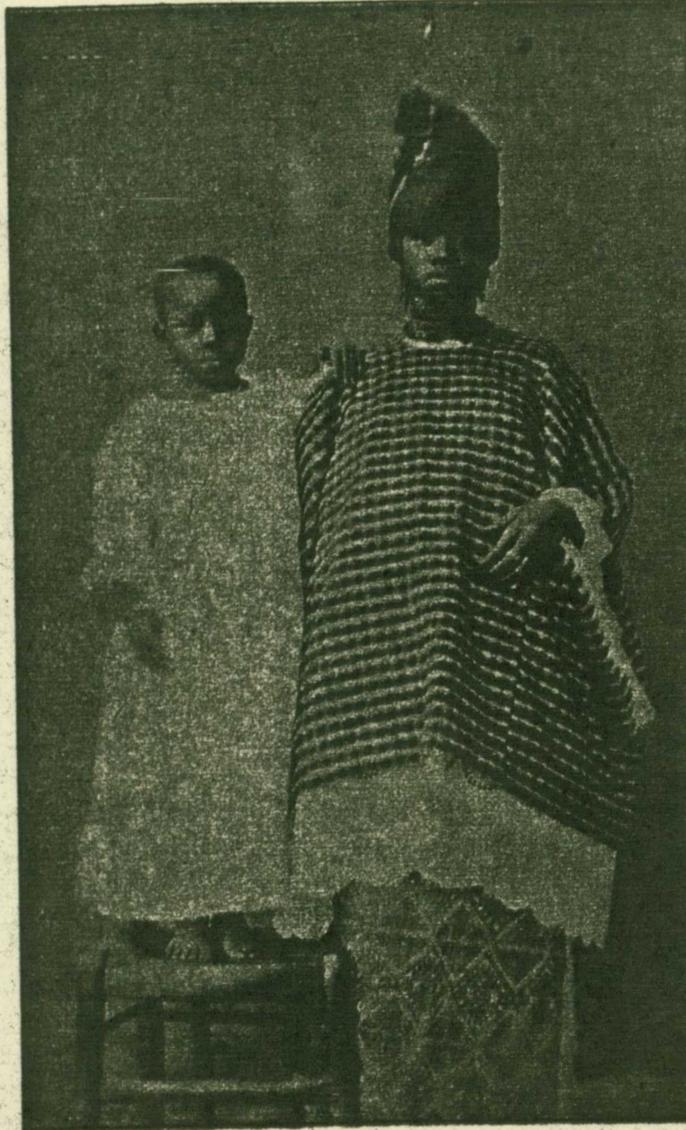


tração brasileira jamais teve ou terá. Além disso, a tarefa seria materialmente impossível. Tão impossível quanto uma hipotética destruição dos documentos relativos aos homens e mulheres livres de Pernambuco ou de São Paulo.

Essa documentação sobre o escravismo no Brasil, se adequadamente conservada — o que nem sempre acontece —, essa massa de documentos inéditos, ocupará ainda várias gerações de pesquisadores. Mesmo os autos destruídos por Rui Barbosa podem ser reconstituídos a partir de outras fontes. Como escreveu o historiador Robert Slenes, da Universidade de Campinas, Unicamp, num artigo definitivo sobre o assunto: “A documentação que Rui Barbosa mandou queimar não só era fundamental, mas continua sendo. Preservada, em parte, nos arquivos locais, ela está à espera do historiador”.

PALMARES — A exploração dos arquivos locais e estaduais, assim como a utilização de novos métodos de pesquisa, possibilitou avanços na historiografia brasileira. Três livros recentemente publicados ilustram as diferenças que estão sendo exploradas. Em *Escravo ou Camponês?* (Brasiliense, 125 páginas, 450 cruzados), Ciro Flamarion S. Cardoso utiliza o método comparativo. Familiarizado com as pesquisas sobre a escravidão antilhana e americana, e também grande conhecedor de História Antiga, o escritor ocupa um lugar privilegiado entre os especialistas. Ciro Cardoso é um dos raros pesquisadores brasileiros que trafegam com facilidade na área dos estudos comparativos entre os diferentes sistemas escravistas, antigos e modernos, terreno onde a dominação da pesquisa americana é esmagadora.

O historiador estuda esses sistemas e analisa o impacto social e econômico da produção autônoma dos escravos — em hortas, no trabalho nos fins de semana — na transição do trabalho escravo para o assalariado. Cardoso não se esquiva das polêmicas sérias, comportando-se como um autêntico “intrigante racial”, no sentido mais nobre da expressão. É assim, por exemplo, que sem fazer concessões ao conformismo acadêmico ou ao dogmatismo teórico ele toma distância das mistificações históricas nascidas em torno do Quilombo de Palmares. Ele chama a atenção para os documentos holandeses sobre Palmares, que se detêm sobre a organização e o funcionamento do quilombo, enquanto boa parte dos historiadores prefere privilegiar os documentos luso-brasileiros sobre a questão,



que se referem mais à luta e à destruição de Palmares. Retomando a advertência que o historiador americano Eugene Genovese respeitosamente lançou a militantes negros, Cardoso lembra: “Aqueles que pretendem que a História forneça momentos gloriosos e heróis são levados invariavelmente a cometer erros catastróficos de avaliação política”.

PROCESSOS — Crime e Escravidão, de Maria Helena P.T. Machado (Brasiliense, 134 páginas, 395 cruzados), ilustra com maestria outro caminho do conhecimento histórico: a monografia. Para dar certo, esse gênero de livro tem que respeitar três regras. O tema deve ser relevante, as fontes devem ser adequadas ao tema e o período deve ser claramente delimitado à relevância do tema. Maria Helena acerta em cheio nos três tópicos. Estuda a resistência e a criminalidade dos escravos em Taubaté e em Campinas, zonas agroexportadoras dinâmicas, a partir dos processos criminais, durante o período áureo e a fase terminal do sistema escravocrata: 1830-1888. Neste seu primeiro livro, Maria Helena não ousa afastar-se muito da documentação que reuniu, mas suas conclusões abrem perspectivas novas e pertinentes.

Demonstrando que os escravos de Campinas lutam para reduzir a margem de arbítrio dos senhores no regime de trabalho, no tratamento, no cotidiano — arbítrio que é um dos fundamentos do sistema escravista —, a autora revela que as condições de desenvolvimento do oeste paulista foram bem mais complexas do que foi ensinado pelos mestres da chamada escola paulista — Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni. A leitura de *Crime e Escravidão* deixa entrever que a opção pela imigração e a extensão do trabalho livre devem-se mais à resistência dos escravos — confrontados com uma agricultura de fronteira — do que ao “espírito modernizador” dos fazendeiros paulistas.

Este tema também é tratado por Célia Maria Marinho de Azevedo no livro *Onda Negra, Medo Branco* (Paz e Terra, 267 páginas, 721 cruzados), prefaciado por Peter Eisenberg, historiador americano radicado no Brasil — recentemente falecido —, que muito fez pelo progresso de nossa historiografia. A obra tem como subtítulo *O Negro no Imaginário das Elites do Século XIX*, situando-se entre a história política e a história das

**Mãe com filha e carregador:
nos pés descalços, o símbolo
da condição de escravo**

VEJA, 17 DE FEVEREIRO, 1988

mentalidades, esta última atualmente em voga. Enquanto os mestres europeus do estudo das mentalidades lidam com sociedades cuja vida material já foi extensamente vasculhada, o especialista brasileiro que segue a mesma trilha vê-se às voltas com inúmeras incógnitas, resultado do desconhecimento sobre o passado do país.

LEGISLAÇÃO — Confrontada com essas dificuldades, Célia Maria raramente hesita. Capítulo após capítulo, ela acumula conclusões sobre as opiniões das elites escravocratas e abolicionistas. Todo o livro é perpassado pelo conceito de racismo, o qual, segundo a autora, é o elemento central da ordenação econômico-social que conduziu à transição da escravidão ao trabalho livre. O problema é que ter idéias racistas era um hábito tão universal no século XIX quanto o uso de chapéus. Felizmente para a humanidade, o conceito de anti-racismo posterior aos genocídios da II Guerra Mundial é muito mais abrangente, muito mais completo, política e moralmente, do que no século XIX e começo do século XX.

Célia Maria não toma isso em consideração em *Onda Negra, Medo Branco* e leva essa arma de calibre pesado para atirar em tudo o que voou 100 anos atrás, quando se discutiram as perspectivas da Abolição. Evidentemente, todo mundo é atingido: Sílvio Romero, Tavares Bastos e também abolicionistas corajosos como Joaquim Nabuco, Antônio Bento e André Rebouças. Fora das fronteiras brasileiras, muita gente também teria levado chumbo — pois racistas, no sentido empregado no livro, eram Marx, Engels, toda a

II Internacional Socialista e os próprios anarquistas portugueses que criticavam o governo de Lisboa por não explorar corretamente suas colônias africanas. Quando um conceito atinge alvos tão disparatados, perde toda sua pertinência, toda sua operacionalidade histórica.

"O fato de os próprios abolicionistas se

Vendedora ambulante captada no estúdio de Christiano Jr.: a realidade recuperada

pretenderem os arautos de um novo tempo histórico não significava que eles o fossem efetivamente", escreve Célia Maria. Tudo bem. Mas qual é outra maneira de chegar à Abolição na sociedade brasileira do século XIX? Todos os sistemas escravistas modernos só terminaram quando foi revogada a legislação autorizando a escravidão. A ascensão dos escravos à cidadania foi dolorosamente freada em todas as partes. Na maior democracia das Américas, os Estados Unidos, as últimas restrições impedindo a inscrição de negros nas listas eleitorais só foram eliminadas nos anos 60. Ou seja, 100 anos após a Guerra da Secessão, depois de uma longa e vigorosa campanha cívica.

Célia Maria pesquisou muito. Não se contentou em reproduzir citações fornecidas por terceiros e leu com cuidado os principais autores do Império. Possui ainda uma qualidade essencial de historiadora: a paixão pelo assunto que estuda. Mas sua concepção de "tempo histórico" não é histórica. A Abolição está longe de ter sido uma panacéia para os males da escravidão. Mas a tarefa de eliminar esses males é do Brasil de hoje e das gerações futuras. Não pode ser transferida para os ombros gastos e lutadores dos abolicionistas. O estudo, o debate e a publicação de livros sobre o Brasil da escravidão são um caminho para entender o país do passado e do presente.

LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO



Imagens raras e pungentes

Com um estúdio montado na cidade do Rio de Janeiro em 1865, José Christiano de Freitas Henriques Júnior, como outros fotógrafos da época, dedicava-se a retratar personalidades, pessoas que iam ao seu estúdio, festas e paisagens. No ano seguinte, o fotógrafo publica um anúncio num jornal oferecendo uma coleção de fotos de "costumes e tipos de pretos, coisa muito própria para quem se retira para a Europa". Ou seja, fotos de negros que, pelo exotismo, atraíram atenções quando exibidas em viagens à Euro-

pa. Cinquenta fotografias dessa coleção de Christiano Jr. — o maior exemplário fotográfico de escravos antes de 1870 — foram localizadas pelo pesquisador Paulo Cesar de Azevedo no arquivo da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no Rio de Janeiro, para formar o coração do livro *Escravos Brasileiros* (Ex Libris, 115 páginas, 4 800 cruzados).

Em capa dura e com 77 fotos reproduzidas de maneira primorosa, o livro, organizado por Azevedo e Mauricio Lisovsky, dá um pungente panorama da vida dos negros no Brasil no século XIX. No seu

estúdio, Christiano Jr. retrata os escravos em suas atividades cotidianas: o barbeiro, os vendedores ambulantes, as mulhe-



res com suas bancas de frutas, balaio e filhos nas costas, ou ainda trazendo no rosto as marcas dos ritmos africanos. Mesmo quando estão bem vestidos, ou carregando guarda-chuvas, todos estão sem sapatos — já que andar calçado era privilégio dos alforriados. Também descalço está um escravo branco, numa fotografia surpreendente. Provavelmente, esse escravo seria descendente de uma linhagem de uma escrava negra com um branco. *Escravos Brasileiros*, na nitidez das suas 77 fotografias, torna presentes as imagens do país anterior à Lei Áurea.